



Fazendários arregaçam as mangas

Pressão arranca pagamento do PDF de aposentados e pensionistas

No dia 29 de setembro os fazendários se reuniram em assembleia e aprovaram diversos encaminhamentos para alavancar a luta no final de 2011. A categoria não quer esperar pelo ano que vem, para evitar o período de festas, férias e carnaval, que limita o debate corporativo, pelas dificuldades de mobilização da própria categoria e pela dinâmica de funcionamento do próprio governo. Após isso, o período eleitoral já estará em cima, com o debate político tomando a agenda.

Para não passar por este problema, a decisão foi garantir a mobilização agora, aproveitando as conversações que estão ocorrendo com gestores da Sefaz sobre pleitos do Fisco e as discussões com o secretário Carlos Martins sobre as reivindicações dos técnicos.

PDF APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Em paralelo, outras lutas prosseguem. A mobilização vitoriosa pelo cumprimento da decisão judicial do PDF dos aposentados e pensionistas foi um exemplo. A pressão do Sindicato fez efeito e garantiu o acordo firmado pelo governo de pagar em outubro e que ameaçava não ser cumprido.



Vitória Judicial ajuda pleito pelo novo Teto

Páginas 2

Assembleia aprova encaminhamentos

Página 3

Pressão garante pagamento da Ação do PDF

Páginas 4 e 5

Técnicos ampliam luta pela carreira própria

Página 8

Fenafisco na luta para incluir Fisco na PEC 443/2009

Página 6

Servidor reclama falta de diálogo com o governo

Página 7

Fazendário tem vitória judicial

Diretor do Sindsefaz conquista vencimento de Desembargador

O colega Walmir Cruz, diretor de Aposentados do Sindsefaz, obteve uma vitória no mandado de segurança, do qual é o único beneficiário, para que passe a perceber seus vencimentos tendo como teto o vencimento de Desembargador. É uma conquista importante, porque apesar de ter efeito individual, pode ter repercussão

positiva em todas as demais ações, coletivas ou não, que tratam do mesmo assunto.

A decisão do Tribunal de Justiça, de 22 de setembro de 2011, está sendo comemorada por todos os fazendários, em especial os colegas auditores fiscais. O

TJ-BA, por unanimidade, considerou ilegal o ato administrativo do governo do Estado que estipulou como subteto o subsídio de governador. A decisão é de mérito e cabe recurso, aliás, o governo já “fez carga” e deve recorrer, como é de costume.

O importante, entretanto, é que a decisão determina o entendimento do Tribunal em torno da questão, o que pode agilizar a tramitação da ação coletiva que o Sindsefaz moveu, beneficiando toda a categoria. A entidade já apensou ao mandado de segurança coletivo essa decisão do TJ-BA.



Em paralelo, enquanto este assunto não se resolve na justiça, o Sindsefaz estará apresentou ao grupo de gestores da Sefaz a proposta aprovada na última assembleia para instituir o valor do teto de Desembargador no Estado, de forma escalonada, com acréscimos em 2012 e 2013.

ADI da LEI 11.470

Agentes de Tributos retomam mobilização



Conversas com diferentes segmentos da Sefaz estão a mostrar que há uma diferença de avaliação entre o governo e o Sindicato em relação à forma de tratar a tramitação da ADI que questiona a Lei 11.470/09.

Enquanto avaliamos que é preciso redobrar a vigilância junto ao Supremo e ampliar o entendimento positivo em torno da questão, no Estado parece que a tese para o caso é a mesma para os processos judiciais, qual seja, empurrar ao máximo uma resolução em torno do assunto. É como se o governo deixasse transparecer que a pressa deve ser dos contrários.

A visão do governo, entretanto, esbarra no servidor, o agente de tributos estadual, que continua inseguro quanto ao futuro de sua carreira enquanto pairarem dúvidas em torno dessa questão.

Por isso, o Sindicato convocará uma reunião do Conselho Sindical da entidade para discutir qual a melhor forma de atuar em torno do tema, inclusive para avaliar a proposta de reforço jurídico no acompanhamento da ADI no Supremo.

Categoria aprova encaminhamentos

Vestidos de verde esperança, fazendários apontam rumos da campanha salarial

No dia 29 de setembro, mais de 300 fazendários estiveram reunidos em assembleia na Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Em pauta, os encaminhamentos da luta da categoria em prol das pendências da Sefaz para com os segmentos e deliberações diversas acerca da organização do Sindicato. Após a reunião, aconteceu uma caminhada à Governadoria (ver matéria específica dos técnicos administrativos).

Os fazendários entenderam que é o momento de um envolvimento maior de todos os segmentos da Sefaz em prol das reivindicações. Os colegas que usaram a palavra intervieram neste sentido, de que só a unidade e participação poderão sensibilizar o governo a negociar e atender os pleitos. Apesar de muitos não se sentirem contemplados com essa máxima, só quando o conjunto da categoria marchou unido se avançou em vitórias que beneficiaram a todos.



Importante lembrar - e a assembleia se debruçou sobre este ponto -, já estamos chegando ao final de 2011 com poucos avanços na pauta. O período seguinte, de festas, férias e carnaval, é muito pobre para o debate corporativo, pelas dificuldades de mobilização da

própria categoria e pela dinâmica de funcionamento do próprio governo. Após isso, o período eleitoral já estará em cima, com o debate político tomando a agenda. Ou seja, a hora de garantir mobilização é agora, sob pena de ficarmos sem novos avanços.

Pontos aprovados

I) Campanha salarial de 2012

Propor a contratação do DIEESE para analisar a evolução salarial dos fazendários nos últimos anos e a qualidade do gasto, especificamente o custeio no serviço, além de análise dos investimentos públicos pelo Governo da Bahia. Realizar um seminário para discutir a análise a ser apresentada pelo DIEESE e tratar de mais dois pontos, que é a regulamentação do estímulo à regionalidade, correspondente a 20 pontos da GF, instituído pela Lei nº 11.470/2009 e debater a incorporação do PDF aos salários e suas implicações para ativos e aposentados.

II) Negociação teto salarial

Elevação do subsídio atual de governador (R\$17.182,84), para o subsídio previsto na constituição estadual (R\$23.995,40), parcelada em dois anos, 2012 e 2013, acrescido da inflação do período. Foi flexibilizada esta posição com prerrogativa para

diretoria do sindsefaz negociar este ponto.

III) Promoções do Grupo Fisco

Manter o pleito das promoções correspondentes ao ano de 2011 e só negociar com o governo a nova metodologia para 2012 após garantir que todos os que fazem jus à promoção sejam contemplados com o número de vagas.

IV) Mobilização pelo PCS do Grupo Técnico Administrativo

Além da caminhada que foi feita após a assembleia, realizar uma manifestação no Prédio-Sede da Sefaz na quarta-feira e solicitar encontro com o secretário para saber resposta quanto à proposta mantendo estado de mobilização permanente.

V) Alteração do estatuto do Sindsefaz, quanto a extensão do mandato de 2012/2015, nos termos do Art. 13, XV, do Estatuto vigente.

Acrescentar artigo nas disposições transitórias do estatuto do Sindsefaz estabelecendo

a duração mandato de 2012/2015 em 03 (três) anos e 06 (seis) meses, de modo a daí em diante coincidir o encerramento de cada gestão com o do ano civil, resolvendo, assim, o fracionamento das responsabilidades tanto de natureza contábil (balanço anual) como tributária e trabalhista (declarações anuais).

VI) Extensão da contribuição sobre os PDF's de Agosto e Novembro

Incidência da contribuição para o fundo de greve e mobilização estendendo esta para os PDF para agosto e novembro de cada ano, mas somente a partir de 2012. A decisão vale para encaminhamento das ações apenas pela próxima diretoria.

VII) Adin contra a Lei 11.470/2009

Convocar uma reunião ampliada do Conselho Sindical para debater este tema, analisar as possibilidades do julgamento e deliberar encaminhamentos para garantir a validade da lei.

Pressão faz governo pagar PDF

Para aposentados saiu dia 28/10 e pensionistas está previsto para 10/11

Depois de informar que um “problema técnico” impediria a incorporação do PDF dos Aposentados e Pensionistas no mês de outubro, conforme havia sido acordado, o governo informou ao Sindicato no dia 26 de outubro que o valor correspondente estaria nos vencimentos dos aposentados, o que realmente aconteceu.

Porém, no que tange às pensionistas, o dinheiro só estará disponível no dia 10 de novembro, garantia que foi dada pela Suprev (Superintendência de Previdência), ao Sindicato, no dia 31 de outubro, após manifestação feita pela entidade na sede do órgão, em Brotas. Importante lembrar que as pensionistas também esperam, desde fevereiro de 2008, o cumprimento do acordo assinado em relação ao valor do ponto da GF.

O Sindicato comemora mais esta vitória da categoria, porém, precisou fazer pressão junto ao governo e através da mídia para resolver a questão. Se existia um “problema técnico” – inclusive a Suprev (Superintendência de Previdência) chegou a informar à entidade do



“sumiço” do processo – rapidamente encontrou-se a solução. Nas sempre conflituosas relações de trabalho,

o impasse, na maioria das vezes, é solucionado assim, apenas com vontade política.

FAZENDÁRIOS FAZEM HISTÓRIA

Categoria e Sindsefaz conquistam vitória do PDF

Recuperação das perdas e avanços são significativos nos últimos 10 anos

Parabéns fazendários. É realmente de tirar o chapéu a capacidade de resistir às intempéries geradas pelas seguidas gestões governamentais. É elogiável a disposição para luta e é louvável a confiança demonstrada pelos fazendários no seu sindicato. Todos esses fatores têm feito auditores, agentes e técnicos

auferirem seguidas vitórias diante dos seus históricos pleitos.

Precisamos avançar mais, porém a vitória da incorporação do PDF para todos os aposentados auferidos neste mês e o compromisso revelado pela SAEB, em reunião com o Sindsefaz, nesta segunda feira, 31/10, de que os pensionistas serão contemplados

igualmente com a incorporação do PDF até o próximo dia 10/11 significam uma vitória espetacular da categoria diante do governo baiano. E um incentivo a continuidade da luta por todos os demais segmentos.

Relembre a luta do PDF (veja RESUMO da trajetória da vitória)

ESFORÇOS CONTINUAM PARA FAZER AVANÇAR EM NOVAS VITÓRIAS

Metas principais, agora, são o teto constitucional e PCS administrativos

Mantendo o nível de disposição dos colegas demonstrado nesse capítulo da nossa história sindical, outras conquistas serão possíveis de serem auferidas, muito em breve.

Há várias pendências do Estado para com a nossa categoria. No grupo Fisco há ainda diferenças do enquadramento do PCS do

Fisco, restituição do FUNPREV descontando irregularmente entre 1998 e 2002, pagamento da CET dos pensionistas, e novos avanços na carreira Fisco, mas neste momento o foco é a ampliação do valor do teto constitucional aplicado ao Poder Executivo baiano para o valor do teto constitucional do vencimento

de Desembargador no Estado e o PCS dos técnicos administrativos da Sefaz que dará uma maior segurança jurídica às carreiras na Secretaria da Fazenda.

Embora haja muito a recuperar diante do Estado, muito já foi conquistado. Veja o quanto evoluímos nos últimos 10 anos.

Vitórias Grupo Fisco

2002

Incorporação de CET de 15% com Plano de Cargos e Salários para ativos e aposentados

2004

Reenquadramento de aposentados e pensionistas em 02 classes, com aumento salarial médio de 13% (vitória judicial do Sindsefaz)

2006

Vitória do Sindsefaz na justiça com incorporação da CET de 20% para aposentados.

2008

Acordo salarial. Incremento salarial de 11,48% (para ativos e aposentados).

a) Retorno do valor do ponto da GF para 3%.

2009

Acordo salarial. Aumento nominal de 32,23% para aposentados e 18,79% para ativos:

a) Efeito remanescente do retorno do valor

do ponto da GF para 3%;
b) incorporação parcial do PDF (valor do ponto de 3% para 4%);
c) GF de 100% para 110 %;
d) Reajuste geral com ganho real de 3%.

2010

Acordo salarial. Aumento nominal de 14,17% para aposentados e 6,47% para ativos:

a) incorporação parcial do PDF (valor do ponto de 3% para 4%);

b) GF de 100% para 110 %;

c) Reajuste geral com ganho real de 3%.

2011

Acordo salarial. Aumento nominal de 13,16 % para aposentados e 14,64% para ativos:

a) incorporação parcial do PDF (valor do ponto de 3% para 4%);

b) Reajuste geral com ganho real de 3%.

Vitórias dos Técnicos

2007

Incremento de 17,28% após acordo que equiparou salário base do Estado ao salário mínimo nacional.

2009

Criação de gratificação própria - GDF (substituição do PDF) fazendo aumentar o percentual desta gratificação de 100 para 150%.

Promoção do segmento dos analistas técnicos, com repercussão na GPC.

De 2008 a 2011

Reajuste geral aplicado ao funcionalismo em todos os anos.

Relembrando a luta (veja RESUMO da trajetória da vitória do PDF)

Desde fevereiro de 2001, quando o governo Paulo Souto criou o Prêmio por Desempenho Fazendário de forma autocrática e sem debate na categoria, excluindo os aposentados do direito a receber o prêmio, que o Sindsefaz apontou a irregularidade jurídica, impetrou Mandado de Segurança tornando-se recentemente vitorioso.

Mesmo vencendo a batalha jurídica nunca abandonamos a articulação diante do governo para fazer o convencimento político necessário em favor dessa importante categoria. E essas articulações para incorporar

o Prêmio junto ao atual governo foram feitas trazendo consigo, desde 2009, ganhos efetivos e representativos nos vencimentos de ativos e aposentados.

Contudo, faltava a incorporação total desse PDF.

Mesmo após a decisão transitada em julgado no STF com determinação para pagamento, desde 2010 pelo TJ/Ba, o governo não havia colocado o PDF em folha dos aposentados e pensionistas.

Com novas articulações, o Sindsefaz obteve a garantia de setores do governo de que o pagamento seria realizado este

mês de outubro, mas outro segmento governamental trabalhou para adiar a implantação dessa vitória judicial aos fazendários.

Um esforço adicional teve que ser feito pelo sindicato. E após várias gestões administrativas e políticas para que esta vitória fosse, de fato, concretizada nos contracheques dos nossos colegas tivemos que convocar, pela mídia de televisão, manifestação na SUPREV o que fez o governo acordar e se mobilizar para resolver a questão de interesse da nossa categoria.

Fenafisco e sindicatos visitam Congresso

Fisco se mobiliza para incluir a categoria na Proposta de Emenda Constitucional

Uma comissão de dirigentes da Fenafisco e de diretores de sindicatos de alguns estados visitou o Congresso Nacional no dia 26 de outubro passado para fazer articulações em torno de projetos de interesse do Fisco que tramitam no legislativo. O principal deles é a PEC 443/2009, que eleva o teto da remuneração das carreiras típicas de Estado de advogados e defensores públicos para 90,25% do subsídio dos ministros do STF, projeto que o Fisco deseja fazer parte.

A comitiva foi formada por Rogério Macanhão (Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais) e Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo (Assuntos Técnicos e Comunicação), ambos da Fenafisco e pelos dirigentes sindicais Anatal de Jesus Pires de Oliveira (Sindifisco-AP), Dinorah Fernandes Neves (Sindate-MS), Guglielmo Marconi C. Moreira (Sintaf-CE), João Francisco de Oliveira (Sindifisco-PB), José Pedro Faria (Siprotaf-MT), Philippe Salha

(Sinafeppi-PI) e Osmar de Araújo Gomes (Sindafep-PR).

O grupo visitou diversos parlamentares membros da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a PEC 443/2009 e conseguiu falar com Valtenir Pereira (PSB/MT), Júlio César (DEM/PI), Romero Rodrigues (PSDB/PB) e Mendonça Prado (DEM/SE). Os deputados se posicionaram a favor

da inclusão do Fisco na proposta e entenderam como justa o pleito da categoria.

Agora em novembro, a discussão acontece em alguns estados. Serão realizadas sete audiências públicas destinadas ao debate da PEC 443/2009. Seis nos seguintes Estados: PB, BA, CE, PR, MG e SP. A última acontecerá na Câmara dos Deputados, em Brasília.



A categoria continua fazendo sua parte

DIÁRIO OFICIAL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ■ ESTADO DA BAHIA

ICMS Cultural
O Governo do Estado, por meio do Ipac, estuda a adoção do ICMS Cultural para estimular o tombamento e registro de bens imateriais como a atividade dos vaqueiros
■ PÁGINA 4

FISCALIZAÇÃO ■ Ação que envolveu 157 servidores da Sefaz, 80 policiais e 23 viaturas registrou 2.046 autos de infração

Operação Mimoso do Oeste recupera R\$ 5,6 milhões

E quer o reconhecimento do Estado.

Servidores lamentam falta de negociação

Governo suspendeu Mesa Central e não negocia URV

Em 2011 passaremos o quinto Dia do Servidor Público sem que o governo Wagner negocie a principal reivindicação que atinge todos os servidores do Estado: o pagamento da URV. Além de não negociar e procrastinar as ações judiciais, autoridades do Estado, como o secretário da Administração, Manoel Vítório, fazem pouco caso do pleito, dizendo tratar-se de um factóide. E olhe que esse factóide já está no bolso dele há muito tempo, já que os gestores do Estado já receberam este direito.

Na raiz da incompreensão sobre a URV está uma mudança de rumo do governo Wagner na relação com os servidores. A Mesa Central, instalada em 2007, foi unilateralmente desativada em 2009. Este ano não houve uma única negociação sequer sobre a pauta geral apresentada pelos servidores. Lamentavelmente, no governo de um ex-sindicalista, voltamos ao tempo em que a data-base no Estado resumia-se apenas a um carimbo no Protocolo da Governadoria.

Há uma frustração do conjunto do funcionalismo. Houve muita expectativa quanto à mudança de governo em 2006. Muitos viram ali uma perspectiva real de uma maior valorização do funcionalismo público, com uma parceria efetiva com as autoridades pela melhoria da qualidade do serviço prestado à população. Apesar de alguns avanços obtidos no primeiro período de gestão, as mudanças não evoluíram.

DÍALOGO É BOM PARA TODOS

Antigas reivindicações não atendidas perduram a injustiça, enquanto direitos e conquistas solapados aumenta o passivo do Estado para com seus servidores, que já é historicamente grande. A troca da conversa pela imposição traz problemas ao próprio governo. Por exemplo, todo desgaste oriundo do projeto em torno do Planserv poderia ter sido diminuído caso as mudanças tivessem sido negociadas

com o funcionalismo. Sem diálogo, a opção de muitas categorias é ir à justiça em busca do direito ou deflagrar greve para arrancar as reivindicações.

O servidor público é o estado na vida do cidadão. Ele está na ponta, nas salas de aula, nos hospitais, no enfrentamento aos bandidos, na fiscalização e arrecadação de impostos, enfim, no

atendimento direto à população nas repartições públicas. Em muitos casos, o trabalho é exercido em condições adversas e cumprido pelo compromisso que a maioria tem com o cidadão e pela responsabilidade com a nobre função assumida. Mas é impossível negar que é grande a insatisfação. E um servidor insatisfeito é a prova da falência do sistema.

CTB, Fetrab, Sindsefaz e outras 20 entidades protestam no Iguatemi



Na manhã do dia 25 de outubro, servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, de diversas categorias de trabalhadores, fizeram uma vistosa manifestação em frente ao Shopping Center Iguatemi.

A atividade, convocada pelo Fórum de Entidades Sindicais em favor de um serviço público de qualidade e dos seus servidores, comandada pela CTB e Fetrab, teve a participação de centenas de funcionários públicos.

O movimento chamou atenção da imprensa local e todas as retransmissoras de TVs da Bahia, assim como de alguns jornais da cidade que cobriram o evento até o final da jornada.

No ato, os servidores federais presentes realçaram as lutas em Brasília por melhores condições de trabalho, plano de cargos e salários e vencimentos justos. Servidores municipais também se pronunciaram na defesa dos colegas do município de Salvador, enquanto os sindicalistas do serviço público estadual, em sua maioria, se pronunciaram em favor da retomada das negociações em Mesa Central pelo governo da Bahia, pontu-

ando as suas demandas específicas.

O Sindsefaz participou ativamente do evento, com a presença de diretores e diversos associados. No pronunciamento, a direção do Sindicato abordou o aspecto do crescimento da arrecadação e da carência de servidores públicos em diversos setores do Estado. Informou números do IPEA e do governo do Estado que comprovavam o discurso proferido. Pontuou, então que o “bolo” arrecadado pelos fazendários deve ser melhor distribuído em favor da classe trabalhadora e que investimentos públicos previstos no orçamento devem ser majorados para fazer a Bahia avançar.

A direção do Sindsefaz abordou ainda temas específicos da categoria fazendária apontando para os diversos “pirulitos” e faixas que estavam expostos com as nossas bandeiras de luta.

Ao final, o bolo confeccionado de 10 metros de comprimento foi distribuído para os presentes e transeuntes, numa alusão a necessidade de dividir de forma mais equitativa o bolo do orçamento do Estado em favor dos seus trabalhadores.

Segmento aumenta ações pela carreira

Caminhada à Governadoria dia 29/09 e ida a Sefaz em 05/10 amplia pressão pela reivindicação



Após a assembleia do dia 29 de setembro, cerca de 150 colegas participaram de uma caminhada até a Governadoria. A intenção foi discutir como o governador e a a Secretaria de Relações Institucionais os pleitos da categoria, especialmente o ponto relativo à instituição do PCS do Grupo Técnico-Administrativo. Uma comissão de cinco fazendários (Rubens Santiago, Ubirajara Lima, Rosaura Maciel, Catarina Fioravanti e Ana mesquita) foi recebida por Célia Ramos.

Posteriormente, em 5 de outubro, o segmento voltou a se concentrar no prédio-sede da Sefaz, no CAB. Na oportunidade, o secretário da Fazenda, Carlos Martins, recebeu uma comissão e apresentou as últimas tratativas sobre a questão.

Martins disse que está debatendo com a SAEB sobre o assunto mas que é necessário um trabalho político de convencimento da gestão em relação a

este tema. Informou que estará viajando nos próximos dias, mas que terá novas tratativas acerca do assunto com a PGE e as Secretarias sistêmicas e que, posteriormente, após essas novas conversas chamará o Sindsefaz e o G11 para conceder nova audiência.

APREENSÃO

O clima de apreensão entre os técnicos é grande. Notícias circulam na Secretaria acerca da resistência de setores do governo em implementar esta carreira específica. Da mesma maneira, não deixam de ser preocupantes as informações da possível saída de Carlos Martins para concorrer à Prefeitura de Candeias, o que poderia provocar uma quebra na discussão.

Contudo, o próprio Secretário Martins afirmou na audiência passada que não há nada de certo sobre sua saída da Sefaz para concorrer a mandato eletivo

em 2012 e, mesmo que isso ocorra, garantiu que não haverá quebra da discussão sobre este importante tema

No entanto, a expectativa dos técnicos é que o secretário agilize as conversações no governo e a análise da proposta, que já foi entregue a ele desde março passado.

CAMPANHA DE MÍDIA

O Sindsefaz, a exemplo de outros segmentos como os auditores e agentes de tributos – patrocinou uma campanha publicitária na Rede Globo e Record durante uma semana sobre a luta dos técnicos pela implantação do Plano de Carreira do segmento.

A diretoria, avaliando a necessidade de melhor esclarecimento à sociedade baiana e ao gestores governamentais trabalhará uma nova proposta de mídia em TV para ser veiculada durante o mês de novembro deste ano.